

Percepções e Expectativas de Apoio Social em Casais Homossexuais Habilitados para Adoção

Perceptions and Expectations of Social Support in Homosexual Couples Qualified for Adoption

Percepciones y Expectativas del Apoyo Social en Parejas Homosexuales Calificadas para la Adopción

Mônica Sperb Machado¹

Eduarda Lauryn Manoel Soares²

Aline Talita Rosa dos Santos³

Adolfo Pizzinato⁴

Giana Bitencourt Frizzo⁵

Resumo

O presente estudo teve por objetivo compreender as percepções e as expectativas de apoio social de casais homossexuais (gays e lésbicas) habilitados para adoção de uma criança. Realizou-se um estudo de caso coletivo com três casais que estavam habilitados, por meio do Sistema Nacional de Adoção (SNA), para adoção de uma criança de zero a seis anos. Os instrumentos utilizados foram

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-9493-4829>. E-mail: monicasperb@hotmail.com

2 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-2529-2359>. E-mail: eduarda.lauryn@hotmail.com

3 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-2650-1546>. E-mail: santosaltali@gmail.com

4 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-1777-5860>. E-mail: adolfopizzinato@hotmail.com

5 Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil, <https://orcid.org/0000-0001-8106-4441>. E-mail: gifrizzo@gmail.com

Agências de fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

um questionário de dados sociodemográficos, o Inventário de Percepção de Suporte Familiar (IPSF) e uma entrevista semiestruturada. A entrevista foi transcrita e analisada com base na análise temática e os dados foram triangulados com o IPSF. Os resultados indicaram três principais fontes de apoio aos participantes: (i) o parceiro; (ii) a família de origem; e (iii) os amigos ou colegas de trabalho. Em todos os casos, cônjuge e amigos foram reconhecidos como vínculos de apoio no momento de decisão e espera pela adoção; em dois casos, no entanto, havia pouca percepção de apoio familiar. A expectativa de receber apoio para o desempenho da parentalidade com a chegada da criança foi reconhecida em alguns casos. Ampliar o conhecimento sobre os casais homossexuais que optam pela adoção pode orientar a prática dos profissionais que os acolhem no âmbito jurídico.

Palavras-chave: Adoção; Família; Homoparentalidade; Redes Sociais.

Abstract

The present study aimed to understand the perceptions and expectations of social support among homosexual couples (gays and lesbians) qualified to adopt a child. A collective case study was performed with three homosexual couples who were qualified, through the National Registry of Adoption (NRA), to adopt a child from zero to six years old. The instruments used were socio-demographic data questionnaire, the Family Support Perception Inventory (IPSF), and a semi-structured interview. The interview was transcribed and analyzed based on thematic analysis, and these data were triangulated with the IPSF. The results indicated three main support sources for the participants: partner, the family of origin, and friends or co-workers. In all cases, spouse and friends were recognized as supportive bonds at the time of the decision and waiting for adoption; in two cases, there was a little perception of family support. The expectation of receiving support for parenting performance after the child's arrival was recognized in some cases. Expanding knowledge about homosexual couples who adopt may guide professional's practices who receive them in the legal context.

Keywords: Adoption; Family; Homoparentality; Social Networks.

Resumen

Este estudio tuvo por objetivo comprender las percepciones y expectativas de apoyo social en parejas homosexuales (gays y lesbianas) calificadas para la adopción de niños. Se ha realizado un estudio de caso múltiple con tres parejas homosexuales que calificaron, a través del Sistema Nacional de Adopción (SNA), para adoptar niños de entre cero y seis años. Los instrumentos utilizados han sido un cuestionario de datos socio demográficos, el Inventario de Percepción de Apoyo Familiar (IPSF), y una entrevista semiestruturada. La entrevista fue transcrita y analizada en base al análisis temático, y los

datos han sido triangulados con el IPSF. Los resultados indicaron tres fuentes principales de apoyo a los participantes: la pareja, la familia de origen y los amigos o compañeros de trabajo. En todos los casos, pareja y amigos fueron vínculos reconocidos como de apoyo en el momento de la decisión y en la espera de la adopción; en dos casos, había poca percepción de apoyo familiar. La expectativa de recibir apoyo para el desempeño de la parentalidad después de la llegada del niño fue reconocida en algunos casos. Ampliar el conocimiento sobre las parejas homosexuales que optan por la adopción puede orientar la práctica de los profesionales que las acogen en el ámbito legal.

Palabras clave: Adopción; Familia; Homoparentalidad; Redes Sociales.

Na passagem do século XX para o século XXI, as famílias brasileiras experienciaram importantes transformações em sua estrutura, papéis e funções. As mudanças relacionam-se a aspectos econômicos, políticos e sociais do país, bem como aos valores construídos ao longo das gerações anteriores (Itaboraí, 2017). O conceito de família pluralizou-se e, nos últimos anos, passaram a ser reconhecidas as famílias monoparentais, conviventes, homoparentais, ou com outras configurações (Suárez, Trujillo, & Chavarría, 2018).

Uma das possibilidades de organização familiar refere-se às configurações homoparentais. São estas as famílias formadas baseadas em pessoas do mesmo sexo, em algum grau de conjugalidade, e com filhos nascidos de uniões heterossexuais anteriores, processos de reprodução assistida, solidária ou remunerada (legalizada ou não) ou com filhos adotados (Pereira & Ciriaco, 2020; Suárez et al., 2018). Desde a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STF), em 5 de maio de 2011, os casais formados por pessoas do mesmo sexo são reconhecidos como uniões estáveis e como famílias no cenário jurídico brasileiro. Conforme a Associação dos Notários e Registradores no Brasil (Anoreg, 2021), com base na decisão do STF, aproximadamente 80 mil casais formalizaram suas uniões. Contudo, ainda há um caminho a ser percorrido para que essas deliberações se tornem direitos da população, mediante leis asseguradas pelo Poder Legislativo.

Além do reconhecimento da união conjugal, a perspectiva de terem filhos e filhas é também cada vez mais discutida e impulsionada por pessoas lésbicas, gays e trans (LGBT), seja por meios biológicos ou adotivos. A parentalidade adotiva se define pelo estabelecimento de relações de

paternidade e/ou maternidade entre pessoas que não possuem laços biológicos diretos. Na adoção, a construção da parentalidade se inicia muito antes da chegada da criança, englobando tanto a reorganização familiar para recebê-la, quanto a elaboração de questões parentais internas precedentes à adoção (Schwochow & Frizzo, 2021). As famílias formadas por casais do mesmo sexo podem enfrentar ainda outros desafios. Apesar do reconhecimento positivo por parte de psicólogos e assistentes sociais de que esses casais têm relacionamentos mais maduros quando chegam à decisão de adotar ou da sua abertura para um perfil de criança mais flexível e ampliado (Silva et al., 2017), ainda podem existir movimentos resistentes à adoção homoparental no âmbito jurídico.

Somado a isso, pode existir a preocupação dos casais homossexuais em relação à maneira com que suas famílias serão vistas pela sociedade ou a como a criança adotada poderá ser afetada pelos preconceitos sociais, particularmente no âmbito das relações de gênero. Assim, o receio dos futuros pais e mães pode perpassar questões cotidianas, como financeiras e de reorganização da rotina familiar para receber uma criança. Mas também, possíveis representações sociais negativas sobre casais homossexuais tornar-se mães/pais, e como a sexualidade e a configuração familiar poderiam impactar o desenvolvimento emocional da criança e a sua compreensão sobre o núcleo familiar (Meletti & Scorsolini-Comin, 2015).

Em uma revisão de estudos nacionais sobre a homoparentalidade, Blankenheim, Menegotto e da Silva (2018) identificaram que esse tipo de parentalidade ainda é muito cercada por preconceitos, rótulos e estigmas. Apesar da maior visibilidade social sobre as novas configurações familiares, discursos sociais e científicos ainda enfocam o modelo de família heterocêntrico e heteronormativo (Blankenheim et al., 2018). Em sentido semelhante, em uma revisão integrativa da literatura nacional sobre a conjugalidade e parentalidade em casais do mesmo sexo em comparação aos casais heterossexuais, Mata, Santos e Scorsolini-Comin (2020) identificaram os inúmeros percalços encontrados por casais gays e lésbicas na busca por terem seus direitos respeitados, incluindo lidar com o preconceito social e das próprias famílias de origem quanto a sua forma de se constituir família.

Diante dos desafios citados, o apoio social recebido pode desempenhar um papel importante aos casais homossexuais que desejam adotar (Mercon-Vargas, Bussinger, & Rosa, 2020). Em um modelo desenvolvimental que apresenta as dimensões necessárias à parentalidade, Hoghugh (2004) aponta que as redes de apoio são essenciais para o desempenho de uma boa parentalidade, envolvendo as atividades realizadas a fim de assegurar o crescimento, a socialização e o bem-estar das crianças. As redes se referem à presença e ao envolvimento de amigos, vizinhos, familiares ou serviços institucionais (como escolas, serviços de saúde e assistência social) nas atividades parentais. Conforme o autor, a presença, o envolvimento e a capacidade de resposta destas redes podem qualificar as habilidades pessoais de pais e mães.

Dentre os estudos disponíveis na literatura que abordam o apoio para a parentalidade adotiva em famílias formadas por casais do mesmo sexo, muitos enfatizam comparações com as famílias formadas por casais heterossexuais. Nesse sentido, alguns estudos estadunidenses não encontraram diferenças significativas nos níveis de apoio familiar entre os casais comparados (Kindle & Erich, 2005; Sumontha, Farr, & Patterson, 2016; Lavner, Waterman, & Peplau, 2014), e não no apoio vindo de amigos ou de outras pessoas importantes (Sumontha et al., 2016). Ainda assim, Lavner et al. (2014) sugerem que o suporte social recebido pelos casais em processo de adoção tende a estar associado com menores níveis de depressão e maiores níveis de satisfação com a adoção depois da chegada da criança na família. Isso pode indicar que redes de apoio ativas contribuem para a adaptação familiar na adoção.

Tendo em vista o exposto, o presente estudo objetivou compreender a percepção e a expectativa de apoio social de casais formados por pessoas do mesmo sexo habilitados para adoção de crianças por meio do Sistema Nacional de Adoção (SNA) do Brasil. Conhecer as expectativas de apoio no momento anterior à colocação da criança na família pode contribuir para pensar a necessidade de estruturação de uma rede para a chegada do futuro filho ou filha, ampliar o conhecimento sobre as demandas presentes nas famílias homoparentais formadas por meio da adoção, e sinalizar possíveis fatores estressores que as cercam.

MÉTODO

Participantes

Participaram do estudo três casais inter-raciais, um formado por mulheres e dois por homens, habilitados para adoção de uma criança de zero a seis anos, por meio do SNA de uma comarca do estado do Rio Grande do Sul (RS). O estudo foi desenvolvido contemplando a perspectiva dos casais, levando em conta que os participantes entraram no SNA junto aos seus companheiros, com quem estavam casados. Quanto ao perfil da criança desejado, nenhum dos casais solicitou restrição quanto à cor de pele dos futuros filhos, dois dos casais se dispunham a adotar grupo de irmãos (casos 1 e 3), três não possuíam restrição quanto à adoção de crianças com doenças tratáveis (casos 1, 2 e 4) e todos alegaram alguma restrição quanto ao aceite de doença não tratável e de deficiência física. A Tabela 1 apresenta os dados sociodemográficos dos participantes, que receberam nomes fictícios.

Tabela 1. *Características sociodemográficas dos participantes*

Caso	Participantes	Idade (anos)	Raça	Escolaridade	Religião	Renda familiar	Tempo de união (anos)	Tempo no SNA
1	Lúcio	49	Branco	Ensino superior	Católico não praticante	Acima de quinze salários-mínimos	14	2
	Luís	32	Pardo	Ensino Superior	Católico não praticante			
2	Lívia	42	Branca	Pós-graduação	Não declarado	Entre seis e quinze salários-mínimos	8	3
	Lavinia	42	Parda	Pós-graduação	Espírita praticante			
3	Ramon	43	Pardo	Pós-graduação	Católico não praticante	Acima de quinze salários-mínimos	14	1
	Raul	35	Branco	Pós-graduação	Evangélico praticante			

Nota: O salário-mínimo brasileiro correspondia, em 2019, ao valor de R\$ 998,00.

Delineamento

Este estudo integra o projeto maior intitulado “Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção”, com foco na experiência

de adultos esperando pela adoção de crianças. Realizou-se um estudo de caso coletivo, qualitativo e exploratório, com a intenção de exploração aprofundada da singularidade e complexidade de um fenômeno, denominado apoio social para casais homossexuais habilitados para a adoção. Os casos individuais selecionados para o conjunto estudado podem ou não apresentar características semelhantes, sendo escolhidos com base na compreensão e teorização que podem fornecer sobre um conjunto maior de casos, ainda que não visem à generalização dos resultados para uma população (Stake, 2006). Os casos selecionados intencionalmente para este estudo possuem semelhanças entre si, como alta escolaridade e nível socioeconômico, inter-racialidade e longo tempo de relacionamento. Os participantes atenderam à elegibilidade para a pesquisa de acordo com os critérios: (a) estarem legalmente habilitados para a adoção conjunta de uma criança de zero a seis anos; e (b) terem completado a coleta de dados, incluindo resposta a todos os instrumentos e entrevistas.

Procedimentos

Os participantes foram previamente contatados pelo Juizado da Infância e da Juventude para averiguar o interesse em colaborar com a pesquisa. Mediante a concordância, os sujeitos foram comunicados pela equipe do projeto para esclarecimentos quanto ao estudo e ao agendamento da coleta de dados, conforme o horário e o local escolhido pelos participantes. Pesquisadoras treinadas conduziram as entrevistas individualmente com cada adulto que compunha os casais, com a finalidade de conhecer as versões independentes de experiências compartilhadas, sem a influência imediata do companheiro. Quatro coletas ocorreram na universidade na qual o projeto é vinculado e uma foi realizada no local de trabalho de um dos participantes, com duração média de uma hora e 30 minutos.

Instrumentos

Os participantes responderam a um Questionário elaborado para o estudo, com a finalidade de obter informações sociodemográficas e do

processo adotivo, e a uma Entrevista sobre as Expectativas e os Sentimentos na Adoção. Considerando os diferentes objetivos do projeto ao qual se vincula este estudo, a entrevista foi construída de forma semiestruturada para investigar aspectos diversos da experiência de adultos habilitados para adoção de uma ou mais crianças. Algumas das questões presentes no roteiro de entrevista abordam o apoio familiar e extrafamiliar esperado ou percebido, por exemplo: (i) “Quem são as pessoas que mais te apoiam neste momento de espera pela adoção?”; (ii) “Que tipo de apoio teu/tua companheiro(a) tem te oferecido neste período de espera pela adoção?”; (iii) “Esperas a ajuda de algum familiar, amigo ou profissional quando o bebê/a criança chegar?”; e (iv) “Achas que vais pedir ajuda ao teu/tua companheiro(a) nos cuidados com o bebê/a criança? Em que achas que ele/ela vai te ajudar?”. Ainda que o formato semiestruturado da entrevista forneça um guia de questões, as entrevistadoras encorajaram os participantes a compartilharem experiências para além dos aspectos perguntados.

Os participantes também responderam ao IPSF, que corresponde a uma escala autoaplicada composta por 42 itens, a qual resulta em um escore de percepção de suporte familiar. Os escores variam de zero até 84 pontos, sendo que a pontuação obtida é transformada em percentil e classificada como baixo, médio baixo, médio alto ou alto. Os fatores do inventário são classificados em: afetivo-consistente, adaptação familiar e autonomia familiar (Baptista, 2007).

De acordo com Gonçalves, Baptista e Farcas (2016), o nível Afetivo-consistente abrange itens sobre relações afetivas positivas, como proximidade, carinho, clareza nos papéis e regras de cada membro da família, além de competência na resolução de problemas. O nível Adaptação Familiar, por sua vez, abrange itens relacionados aos sentimentos negativos sobre a família, ao exemplo de incompreensão, isolamento, raiva e vergonha, sendo que esse fator deve ser pontuado inversamente. Por fim, o nível de Autonomia Familiar conta com itens sobre privacidade, confiança e liberdade. Com relação à pontuação total obtida por meio do instrumento, maior é o suporte familiar na percepção do participante quanto maior a pontuação de todas as dimensões da escala.

Análise dos dados

Os dados obtidos com base no Questionário possibilitaram a caracterização dos casos. Após transcrição, as entrevistas foram analisadas qualitativamente baseadas na análise temática (Braun et al., 2019), com vistas a identificar temas relacionados ao apoio social percebido e esperado pelos casais que aguardavam o filho no SNA. Realizou-se a leitura exaustiva dos dados a fim de gerar os primeiros códigos. Então, as narrativas que continham evidências de apoio social foram tomadas como unidades de análise e codificadas conforme as fontes de apoio identificadas: Apoio do companheiro, Apoio familiar e Apoio dos amigos e colegas de trabalho. As unidades de análise foram repetidamente lidas e revisadas pelas três primeiras autoras e os desacordos foram resolvidos por consenso com o auxílio da quinta autora, a fim de assegurar a credibilidade do processo de análise. Dentro de cada fonte de apoio identificada como grande tema, buscou-se compreender as funções das relações de apoio. Os resultados do IPSF foram relacionados com os dados das entrevistas junto à categoria de “Apoio familiar”. As análises deste estudo envolveram, portanto, a triangulação de diferentes perspectivas (ambos os indivíduos que compõem o casal) e instrumentos de coleta de dados (Entrevista, Questionários e Inventário), o que confere validade e aumenta a compreensão sobre o fenômeno investigado (Henwood & Pidgeon, 2010).

Considerações éticas

O projeto “Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção” que originou este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Psicologia, sob o número CAEE: 58061816.4.1001.5334 e conta com a autorização do 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre (RS). Os preceitos da Resolução n. 510 (2016) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamenta as condições da pesquisa com seres humanos em ciências humanas e sociais, foram contemplados em todas as etapas do estudo.

RESULTADOS

A Tabela 2 apresenta os resultados dos participantes quanto ao Inventário de Percepção de Suporte Familiar. Os contextos dos casos estudados serão apresentados, articulando os dados provenientes das entrevistas e do Inventário aplicado.

Tabela 2. *Resultado do Inventário de Percepção de Suporte Familiar*

	Participantes ⁶	Afetivo – Consistente	Adaptação Familiar	Autonomia Familiar	Total
Caso 1	Lúcio e	Alto	Média-baixa	Alta	Médio-alto
	Luís	Alto	Média-alta	Alta	Alto
Caso 2	Lívia e	Alto	Média-baixa	Alta	Alto
	Lavinia	Alto	Alta	Média-alta	Alto
Caso 3	Ramon e	Alto	Média-alta	Alta	Alto
	Raul	Alto	Alta	Média-alta	Alto

Nota. Elaborada pelos autores.

Caso 1: Lúcio e Luís

Lúcio e Luís mantinham uma união há 14 anos e, apesar de já se considerarem uma família, aliado à vontade de serem pais, acreditavam que ela se tornaria mais completa com a chegada de um filho. O casal considerou ter um filho por via de reprodução assistida (barriga solidária). Porém, ter um filho por adoção satisfazia o desejo de serem pais e, portanto, os participantes realizaram a habilitação para adoção, estando há dois anos na fila de espera no momento da coleta de dados.

Apoio do companheiro. Lúcio demonstrou o reconhecimento do seu parceiro como a principal fonte de apoio frente à espera pela adoção: *“Ele tem me apoiado, e eu apoio ele (sic). No sentido de que a gente sabia que o processo ia ser demorado”* (Lúcio). Da mesma forma, Luís não compreende o parceiro como fonte de apoio propriamente dita, uma vez percebendo uma divisão harmoniosa das decisões e responsabilidades:

6 Os nomes são fictícios a fim de preservar a identidade dos participantes.

“Olha, não existe ‘apoio’, porque isso foi uma decisão consensual (...) É meio a meio. Não tem essa de um cuidar mais e o outro menos. A regra lá em casa é sempre assim, tudo de forma igualitária (Luís)”. Uma vez que o casal já apresentava um funcionamento familiar de cooperação, percebe-se que havia uma expectativa mútua de que isso se estenderia para a parentalidade, após a chegada da criança.

Apoio familiar. Com relação às suas famílias extensas, estas residiam em outras cidades, distantes do município de moradia do casal. Sobre a reação da família ao saber do interesse pela adoção, Lúcio destacou: *“Na verdade, eles já sabiam da minha intenção de adotar como solteiro, então agora foi apenas uma mudança de ter o companheiro e da decisão ser tomada pelo casal”* (Lúcio). Contudo, o participante não possuía muitas expectativas que sua família fosse participar do cotidiano do futuro filho: *“Como a família dele é de uma cidade e a minha é de outra, não vai ter ajuda, no sentido de cuidar, no sentido de levar no médico ou levar no colégio (sic). Esse tipo de ajuda familiar não vai ter”* (Lúcio).

Diferente do parceiro, Luís relatou a animação da família de origem com relação à decisão pela adoção: *“Minha mãe está empolgadíssima! Ela disse que o dia que essa criança chegar, no outro dia ela vem pra cá. (...) Ela manda presente, pergunta como é que está o processo (...) Minha mãe é mais ligada nisso, minha irmã também”* (Luís). Apesar do reconhecimento de boa aceitação da adoção por parte de sua família, Luís acreditava que, devido à distância geográfica, o cotidiano com a criança se restringiria ao casal: *“Eu acho que pra nós vai ser mais difícil por isso, porque somos apenas nós dois, mas a gente vai dar conta, a gente se vira bem”* (Luís).

O participante Lúcio obteve pontuação alta nos fatores Afetivo-consistente e Autonomia familiar no IPSF, e pontuação média-baixa no fator de Adaptação familiar. Sua pontuação total no instrumento foi considerada média-alta, o que pode indicar uma boa percepção de suporte familiar, embora a pontuação mais baixa do item de Adaptação familiar possa estar relacionada ao relato de distância da família de origem e à expectativa de contar com pouco apoio por parte dela. Já Luís obteve alta pontuação

nas dimensões Afetivo-consistente e Autonomia familiar e no fator Adaptação-Familiar obteve pontuação Média-alta. Na totalidade, Luís obteve pontuação Alta para suporte familiar.

Apoio dos amigos e colegas de trabalho. Quanto à decisão pela adoção de uma criança, Lúcio relatou ter recebido grande apoio por parte dos seus pares significativos, em especial seus amigos e colegas de trabalho: *“Todos, assim, unanimidade, cem por cento, deram apoio. (...) A receptividade, a força que as pessoas dão, e perguntam ‘tá, e aí, como é que tá o processo?’ ou ‘por que não chegou ainda?’”*. (Lúcio). De forma semelhante, Luís relatou contar com significativo apoio de seus sócios e amigos próximos, sendo que alguns destes possuíam filhos e, assim, haviam fornecido conselhos sobre o que esperar da parentalidade. Por morar distante de sua família de origem, Luís considerava a alternativa de incluir uma pessoa próxima, do círculo de amizades, como padrinho do seu futuro filho: *“O padrinho nós vamos escolher assim, muito a dedo, porque realmente vai ter que ser uma pessoa presente na vida dele”* (Luís). Dessa forma, apesar de ter o apoio da família, poderia ser necessário o auxílio também dessas pessoas com maior disponibilidade de acompanhar o cotidiano da criança.

Caso 2: Lívía e Lavínia

Lívía e Lavínia formavam um casal há oito anos, de modo que há três anos aguardavam a criança adotiva. A escolha pela adoção correspondia ao desejo de serem mães e de formarem uma família, o qual existia em suas expectativas de vida individuais mesmo antes de formarem um casal.

Apoio da companheira. Na percepção de Lívía, a companheira era considerada para além de uma fonte de apoio, e sim alguém com quem compartilharia a história da família que desejava formar: *“Eu não vejo tanto como um apoio, eu vejo como um sonho compartilhado. Então é junto, ela sonha junto comigo, ela tem as expectativas junto comigo”* (Lívía). Já Lavínia tinha expectativas quanto ao suporte da companheira para a realização das atividades parentais da criança: *“Ah, ela vai me ajudar nos*

cuidados assim diários e pra ficar com a criança, fazer atividade, brincar (...) Eu acho que ela vai ser uma mãe maravilhosa, porque ela tem uma sintonia com todas as crianças, assim, que ela convive” (Lavínia).

Apoio familiar. Com relação às famílias de origem, Livia relatou ter vivenciado bastante resistência por parte da sua, quanto à revelação da orientação sexual. Quando a decisão pela adoção foi tomada, contudo, a família demonstrou-se mais aberta:

Quando eu me assumi foi bem turbulento. Hoje, não mais. (...) Quando a gente casou, eles [pais] não vieram no meu casamento, só o meu irmão e minha cunhada. Hoje a nossa relação é boa, a Lavínia vai lá, eles vêm, eles adoram ela. (...) Então eles são muito tranquilos em relação à adoção, não teve problema nenhum. Teve problemas antes, mas que já foram resolvidos. (Livia)

Lavínia, por sua vez, destacou o acolhimento de sua família e, principalmente, da figura materna, a qual foi reconhecida como uma potencial fonte de apoio a partir da chegada da criança: *“Eu acho que vai ter essa ajuda mesmo que a gente não espere, porque a minha mãe abraça todas as causas sempre”* (Lavínia). A participante ainda destacou as expectativas positivas da família de origem quanto à adoção, sendo que os familiares demonstravam interesse pelo andamento do processo: *“Todo mundo envolvido, na expectativa, e quando chegar [a criança], estão fazendo planos. Bem legal assim!”* (Lavínia).

A respeito da percepção de suporte familiar, Livia obteve alta pontuação nos fatores Afetivo-consistente e Autonomia Familiar e média-baixa na Adaptação Familiar. Apesar de sua pontuação total no instrumento ser considerada Alta, indicando boa percepção de suporte familiar, a menor pontuação no nível de Adaptação Familiar, que se relaciona com fatores como incompreensão, isolamento, raiva ou vergonha, pode estar relacionada às resistências iniciais por parte da família de Livia a respeito de sua orientação sexual. Já os resultados de Lavínia nos itens Afetivo-consistente e Adaptação familiar no instrumento IPSF foram de ordem alta, ao

passo que o do item Autonomia familiar pontuou média-alta. O resultado total da participante foi Alto, indicando uma boa percepção de suporte familiar, coerente ao seu relato.

Apoio dos amigos e colegas de trabalho. Lívia relatou que amigos e colegas de trabalho com quem convive mostravam-se felizes e apoiaram a decisão do casal por adotar uma criança:

Nossos amigos, quando a gente contou foi uma vibração assim, acho que todo mundo nos ligou, nos falou por mensagem, foi uma festa. (...) A gente troca ideias, principalmente com um casal que tem uma filha, então a interação sobre o assunto é muito maior. (...) No meu trabalho é muito tranquilo. Tipo, os meus três diretores já sabem que em algum momento a criança vai chegar, então até eles brincam “ah, a gente cria um playground aqui pra ele ficar brincando”. (Lívia)

De forma semelhante, Lavínia reconhecia a empolgação de seus amigos com o processo de adoção. Sua expectativa era de que eles seriam uma importante rede de apoio também com a chegada da criança, seja por eles já participarem do cotidiano do casal ou, também, por terem filhos:

Super felizes, super apoiam. Todo mundo envolvido, na expectativa e, para quando chegar, fazem planos. Dos amigos foi muito bom. (...) E como a gente tem muitos amigos e tá sempre fazendo coisas com eles, eu imagino que a criança vai tá sempre junto participando. Como a gente tem amigas que têm filhos e elas participam também, então eu imagino que vão fazer parte da nossa rotina. (Lavínia)

Caso 3: Ramon e Raul

Ramon e Raul mantinham uma união há 14 anos e aguardavam no SNA pela adoção de uma criança há cerca de um ano, no momento da coleta de dados. A decisão por adotar correspondia à concretização de um desejo de ambos os cônjuges de serem pais.

Apoio do companheiro. Havia expectativa de apoio mútuo entre o casal e de reorganização familiar com a chegada da criança, na visão de ambos: “É uma responsabilidade que nós assumimos juntos, então o que eu espero dele é ir até o fim com o plano que a gente fez” (Raul):

“Eu sempre quis ter filhos, ele sempre quis ter filhos, e quando a gente se conheceu foi uma das coisas que me chamou atenção. Os dois têm vontade de ter filhos e a partir daí foi uma decisão em comum. (...) Eu acho que na verdade um apoia o outro, a gente conversa sempre, fala e pergunta. Eu acho que um e outro sabem que, com a chegada da criança, algumas coisas vão ter que mudar” (Ramon).

Apoio familiar. Ramon destacou a modificação em seu núcleo familiar após o casamento. Assim, percebia a sua família de origem como mais distanciada e a nova organização familiar (casal) como a que efetivamente se envolveria nos aspectos relacionados à parentalidade:

“Quando você casa, o teu núcleo diminui e ele fica mais em você e o teu companheiro. É claro, eu gostaria muito que meus filhos tivessem total apoio da minha família, mas eu sei que a pessoa que vai tá mais envolvida e que é o principal nesse aspecto sou eu, né? Eu e o Raul” (Ramon).

De forma semelhante, Raul também destacou que possíveis desafios da parentalidade seriam resolvidos pelo casal parental, embora entendesse que sua família de origem auxiliaria, caso solicitada: *“Se tiver preocupação, eu e Ramon decidimos. Acho que não vale a gente levar pra eles. Exceto talvez se a gente não conseguir fazer isso dentro de casa. Aí talvez o próximo passo seriam as nossas famílias, e teríamos o apoio” (Raul).*

Ramon não possuía a expectativa de apoio de seus pais, devido ao fato de eles morarem em uma cidade distante e já possuírem outros netos. Dessa forma, a inserção de uma nova criança na família não seria vista como uma novidade. Além disso, o participante relatou ter encontrado resistência por parte de sua família de origem quanto à decisão pela adoção de uma criança pelo casal: *“Num primeiro momento eu acho que os meus pais ficaram um pouco preocupados assim, na questão da adoção, em serem dois homens. Enfim. Mas eu acho que hoje tá todo mundo envolvido e aguardando” (Ramon).*

Ramon obteve pontuação alta nos itens Afetivo-consistente e Autonomia familiar do IPSF, e média-alta no item de Adaptação familiar. Os resultados de Ramon podem indicar uma boa percepção de suporte familiar no geral, mas a percepção um pouco reduzida de apoio no item Adaptação

familiar pode refletir a não certeza do envolvimento e compreensão de sua família de origem quanto a realizar a adoção junto ao companheiro. Já Raul obteve pontuação alta nos itens Afetivo-consistente e Adaptação familiar, e média-alta no item de Autonomia familiar, que se referem a privacidade, confiança e liberdade. Isso pode ter relação com a intenção de preservar as demandas relacionadas à adoção da sua família de origem, restringindo-as ao casal parental formado por ele e Ramon.

Apoio dos amigos e colegas de trabalho. O apoio recebido por amigos ou colegas de trabalho também foi destacado. Conforme Ramon, isso caracterizava-se, inclusive, como um dos pontos positivos da adoção: *“Eu sinto um apoio bem grande das pessoas. Eu sinto uma torcida bem grande das pessoas que nos cercam. (...) Tem uma expectativa assim que é uma espera geral. Então isso eu acho que é bem bacana”* (Ramon). Por outro lado, também eram percebidas críticas: *“Tem alguns que acham loucura. A gente ouve cada coisa assim, tem gente que fala ‘ah, não faz’ (...) Mas a grande maioria tá bem ansiosa para que ocorra [a adoção]”* (Ramon). De forma semelhante, Raul destacou que apesar do apoio, também recebeu críticas que o fizeram repensar algumas de suas relações: *“Recebi muito apoio. Às vezes nem de amigos, só de pessoas que eu considerava conhecidas. Teve algumas críticas que eu achei negativas, por exemplo, com relação à idade, ‘não pode ser muito velho, porque já vai vir com uma educação’”* (Raul).

Havia uma expectativa por parte de Raul de que colegas de trabalho fossem auxiliar nos cuidados com a criança com a chegada dela na família: *“Eu sei que as pessoas que trabalham comigo compram muito a briga conosco. Então, eu espero sim ajuda de todos”*. Por outro lado, também havia o entendimento de que alguns amigos poderiam não participar desse momento:

Os amigos, talvez alguns, não permanecerão no barco depois que as crianças chegarem. Quando a gente conta é tudo lindo, né? ‘Ai que lindo, tu é uma pessoa boa’. Não, cara! É uma decisão que eu tive. Vai encarar a bronca comigo? Eu vou precisar! Pode ficar na tua casa? Pode levar comigo no médico (sic)? Porque eu preciso de ajuda. (Raul)

DISCUSSÃO

Foram identificadas quatro principais fontes de apoio nos casos analisados neste estudo, a saber: (i) o(a) parceiro(a); (ii) a família de origem; (iii) os amigos; e (iv) os colegas de trabalho. Em todos os casos estudados houve reconhecimento de apoio recebido, ainda que em diferentes intensidades e caracterizados por funções e formas de auxílio diversas. Em alguns casos, foi constatada a expectativa de receber apoio ao desempenho da parentalidade no futuro, com a chegada da criança na família adotiva.

Os adultos que compunham cada casal reconheceram em seus companheiros a principal fonte de apoio na espera pela adoção. Esse apoio pareceu estar relacionado à própria decisão por constituírem-se pais e mães de uma criança por via da adoção. Em geral, adotar correspondia ao desejo ou à realização do sonho de ter um filho e à satisfação de formar ou ampliar a família, o que era compartilhado com o o cônjuge, tanto entre os casais formados por homens, como no casal formado por mulheres. Assim, a decisão pela adoção em famílias homoparentais pode englobar tanto o entendimento de que a capacidade de afirmação enquanto família envolve ter filhas/filhos (Machin, 2016), quanto às condições afetivas e emocionais de se tornarem mãe/pai, envolvendo serem capaz de amar e de se responsabilizarem pela criança (Amazonas, Veríssimo, & Lourenço, 2013).

Os participantes relataram sentir que eram bastante apoiados por seus cônjuges, e que, diante da necessidade de mudarem sua rotina na chegada de uma criança, poderiam reorganizar a dinâmica familiar de forma mais coesa e integrada. Assim, os companheiros estiveram associados tanto a um apoio emocional, compartilhando o desejo de terem filhos, apoiando-se durante a sua espera, quanto em aspectos mais práticos e funcionais, de organização de tarefas e rearranjos dinâmicos da rotina. Conforme McGoldrick e Shibusawa (2016), a entrada de uma criança na família implica mudanças profundas nos níveis individuais, conjugais, familiares e sociais, uma vez que todos passarão a circular por outros campos de interação, como a escola e o tipo de socialização familiar.

Nos casos 1 e 2, quando questionados a respeito da função de apoio esperada e recebida por seus companheiros, os participantes

surpreenderam-se com a pergunta. Isto porque consideravam que a relação de apoio ou ajuda mútua era algo natural e vivenciado cotidianamente na relação conjugal, não existindo de maneira especial ou diferente no momento de decisão ou espera pela adoção. Assim, os participantes demonstraram a expectativa de divisão de tarefas e responsabilidades relacionadas à parentalidade de forma equilibrada, tal como já costumava existir na rotina conjugal. Esse aspecto foi também identificado nos estudos de Meletti e Scorsolini-Comin (2015) e de Rosa et al. (2016), com casais homossexuais que viviam em relações estáveis. Em ambos os estudos, os relacionamentos pautavam-se por companheirismo e primavam por uma divisão mais equitativa das tarefas e responsabilidades do cotidiano familiar.

A divisão de trabalho é um aspecto importante na transição para a parentalidade e corresponde a uma das dimensões dos relacionamentos coparentais. A coparentalidade inclui as maneiras como mães e pais se organizam e se apoiam em seu papel parental, tendo sido apontada como um elemento essencial para o funcionamento familiar adaptativo (Feinberg, 2003). Estudos suportam a existência de um compartilhamento maior das tarefas parentais entre casais de mulheres lésbicas e homens gays em comparação aos casais heterossexuais, o que prevê maior satisfação conjugal, maior satisfação com a parentalidade, bem como menos problemas comportamentais da criança adotada (Farr & Patterson, 2013; Farr, Bruun & Patterson, 2019). Uma explicação para a busca de equilíbrio na divisão de tarefas poderia estar na tentativa de maior distanciamento de concepções biogenéticas de família por casais formados por pessoas do mesmo sexo, o que interfere na maneira como constroem seus papéis parentais (Herbrand, 2018).

Com relação ao apoio proveniente da família de origem dos participantes, houve o reconhecimento por parte de Luís (Caso 1) e Lavínia (Caso 2) de empolgação, interesse e boas expectativas dos familiares quanto à adoção. Diferentemente de Luís, que, devido à distância geográfica de sua família, restringia a expectativa de apoio familiar em aspectos práticos, Lavínia considerava que membros da família iriam se envolver em atividades de cuidado da criança com a chegada dela. Nos casos 1 e 3, a distância geográfica das famílias de origem foi cogitada como um fator que poderia

dificultar o envolvimento delas após a adoção. Já entre os casos 2 e 3, um aspecto em comum foi o relato de Livia (Caso 2) e Ramon (Caso 3) de dificuldades na aceitação dos familiares quanto à sua orientação sexual ou à decisão pela adoção por uma família homoafetiva, respectivamente, o que em partes poderia explicar a menor expectativa de apoio familiar nesses casos.

Alguns estudos presentes na literatura buscaram comparar o apoio familiar em casais heterossexuais e homossexuais adotantes. Conforme o estudo estadunidense de Sumontha et al. (2016), por exemplo, casais do mesmo sexo e aqueles de sexos diferentes relataram receber quantidades semelhantes de apoio social da família, assim como de amigos ou outras pessoas importantes. Somado a isso, o apoio recebido foi associado a uma aliança coparental mais forte nos casais, em ambos os tipos de família. Já Kindle e Erich (2005) identificaram algumas sutilezas, sendo que famílias de arranjo conjugal heterossexual demonstraram maior expectativa de receber apoio da família extensa, e que os casais homossexuais não se mostraram mais dependentes de sua rede de amigos do que o das famílias heterossexuais, contrastando com a hipótese de que as redes de amizade fossem mais fortes do que as familiares nesses casais.

Amigos(as) e/ou colegas de trabalho dos participantes do presente estudo também foram mencionados como figuras que conferiam apoio às suas famílias. Esse apoio, em geral, dava-se de forma moral e emocional, sendo que tais pares significativos se demonstravam empolgados, felizes e interessados no processo de adoção dos participantes, legitimando-o. Nos casos 1 e 2, percebeu-se a expectativa de que os amigos(as) ou colegas de trabalho também pudessem constituir redes de apoio para o desempenho da parentalidade após a chegada da criança na família, participando do cotidiano familiar nos aspectos relacionados ao cuidado infantil (Caso 1) ou, ainda, auxiliando com conselhos sobre a parentalidade (Caso 2). Já no caso 3, apesar da percepção e expectativa de apoio das pessoas próximas, o casal também destacou lidar com críticas ou desencorajamento com relação à adoção.

Não há como afirmar se a menor expectativa de apoio familiar nos casos 2 e 3, e de apoio dos amigos no caso 3 associa-se a situações de

preconceito vivenciadas pelos casais. Contudo, não há de se desconsiderar esse aspecto, tendo em vista que o preconceito social quanto à orientação sexual dos sujeitos e à construção de uma família por figuras parentais do mesmo sexo inevitavelmente pode impactar a construção da conjugalidade e da parentalidade nestes casais (Meletti & Scorsolini-Comin, 2015).

Ressalta-se que não houve relatos sobre a presença de apoio profissional em nenhum dos casos, ainda que isso tenha sido diretamente questionado nas entrevistas. Conforme Lavner et al. (2014), que investigaram a satisfação com a adoção, sintomas depressivos, estresse parental e apoio social aos 2, 12 e 24 meses após a colocação da criança no contexto da família adotiva, em lares norte-americanos. Por isso, faz-se necessária a presença de serviços que forneçam apoio aos pais adotivos durante a transição para a parentalidade, a fim de promover o seu bem-estar e o da criança adotada, mas que isso nem sempre é uma realidade acessível a essa população.

Não é surpreendente que os participantes deste estudo não demonstraram expectativas de receber apoio profissional durante ou após o processo de adoção, tendo em vista que um suporte profissional estruturado nos diferentes momentos do processo de adoção ainda não é ofertado no Brasil em termos de políticas públicas. Por outro lado, uma realidade frequentemente observada no país corresponde aos Grupos de Apoio à Adoção, por vezes organizados pelas comarcas em que se realizam os processos, por vezes por iniciativa de pais adotivos e pessoas habilitadas para a adoção. Contudo, os casais participantes do estudo também relataram não participar desses grupos no momento de espera pela adoção.

A participação em grupos de apoio mostra-se como um preditor de sucesso nas adoções, diminuindo as chances de sua dissolução (Hartinger-Saunders, Trouteaud, & Johnson, 2015). Pais e mães adotivos, bem como os pretendentes à adoção, têm nos grupos a oportunidade de compartilhar experiências e (re)construir significados e vínculos (Silva et al., 2022). Isso acontece com uma maior compreensão dos desafios que podem surgir durante o processo e ao longo da vida familiar, da superação de mitos e fantasias sobre a adoção ou, ainda, do ajuste parental de expectativas sobre a criança “real” diante da criança “idealizada” (Morelli et al., 2015). Contudo, é essencial que exista mediação profissional especializada nos

grupos de apoio, proporcionando espaços acolhedores das vulnerabilidades dos (futuros) pais e livres de julgamentos para o compartilhamento de experiências e aprendizado (Silva et al., 2022).

Por fim, cabe destacar a importância de redes de apoio para a adaptação da criança e da família no contexto da adoção, para além dos indivíduos que compõem o casal parental. Contar com familiares ou amigos interessados e motivados com a decisão pela adoção, fazendo planos para a chegada da criança, além de pessoas dispostas a participar do cotidiano de atividades parentais, foram fatores destacados como positivos neste estudo. De acordo com Moré e Crepaldi (2012), o envolvimento das redes sociais contribui para a percepção de apoio real, confiável e duradouro, que pode ser relacionado a expectativas positivas também para o futuro. Com isso, entende-se que as redes de apoio podem ser acionadas como estratégias de enfrentamento de possíveis dificuldades que venham a existir no período pós-adoção, independente da configuração familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos nacionais sobre mães e pais em arranjos conjugais homossexuais que exercem a parentalidade por meio da adoção de crianças ou adolescentes ainda são incipientes (Mata et al., 2020). O presente estudo avança na literatura científica ao adentrar na temática esmiuçando particularidades dos casos participantes com relação ao apoio social no momento da espera pela adoção de uma ou mais crianças. A reflexão sobre as redes de apoio que circundam o público em questão implica o reconhecimento das potencialidades e do protagonismo dos indivíduos e das famílias na construção de recursos em resposta às suas demandas. Ainda, reforça o necessário compromisso social de suporte e atenção ao desenvolvimento, saúde e bem-estar dos pais, mães e crianças no contexto da adoção, especialmente diante das diversidades de configurações familiares presentes no Brasil.

Como pontos fortes do estudo, destaca-se a triangulação dos dados qualitativos relacionados à experiência narrada pelos participantes com o IPSF, o que ampliou a compreensão do fenômeno. A análise dos dados em

nível diádico também merece ser destacada, pois permitiu o olhar para dinâmica relacional de cada casal. Além disso, ressalta-se a investigação do apoio social previamente à chegada da criança na família, contribuindo para uma reflexão da necessidade de estruturação de redes de apoio para a parentalidade pós-adoção. Contudo, sugere-se que novos estudos ampliem o conhecimento sobre a temática por meio de delineamento longitudinal, contemplando os diferentes momentos do processo de adoção (espera, aproximação e pós-adoção), permitindo identificar a modificação das redes ao longo do ciclo de vida das famílias.

O presente estudo envolveu uma amostra modesta e homogênea de casais do mesmo sexo em que os indivíduos possuíam alta escolaridade, médio ou alto nível socioeconômico, compunham relacionamentos de longa duração e residiam na região Sul do Brasil, não sendo, portanto, representativa de populações. Contudo, destaca-se que a generalização não é um objetivo em estudos de casos. Por outro lado, a teorização com base nos achados deste estudo pode estender-se e contribuir para o entendimento de outros casos. Apesar disso, recomenda-se a realização de estudos com diferentes instrumentos e delineamentos, bem como que incluam amostras maiores. Também se sugere que estudos futuros possam ampliar os olhares para as relações inter-raciais entre os casais, diferenças de idade entre cada cônjuge, bem como as diferenças entre casais formados por homens e os formados por mulheres. Esses aspectos podem ter efeitos sobre as percepções e expectativas relacionadas à adoção e à vivência da parentalidade, mas não foram diretamente exploradas em nossos instrumentos e, consequentemente, em nossas análises.

Lançar foco às famílias homoparentais que desejam adotar pode reverter-se em benefícios ao público, como também para outras famílias de configurações diversas que pensam na adoção como forma de concretização do desejo de terem filhos. Ampliar o entendimento sobre os aspectos envolvidos na temática pode fornecer subsídios à prática dos profissionais que acolhem essas famílias no âmbito jurídico, fomentando a revisão de conceitos que orientam as políticas públicas e as decisões jurídicas, bem como visando à garantia do direito das populações LGBT de terem suas famílias reconhecidas e legitimadas.

REFERÊNCIAS

- Amazonas, M., Veríssimo, H., & Lourenço, G. (2013). A adoção de crianças por gays. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 631-641. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300017>.
- Anoreg. (2021). *Associação dos Notários e Registradores do Brasil*. Recuperado de <https://www.anoreg.org.br/site/>
- Baptista, M. (2007). Inventário de percepção de suporte familiar (IPSF): estudo componencial em duas configurações. *Psicologia: Ciência E Profissão*, 27(3), 496-509. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932007000300010>
- Blankenheim, T., Menegotto, & da Silva, D. (2018). Homoparentalidade: um diálogo com a produção acadêmica no Brasil. *Fractal: Revista de Psicologia [online]*, 30(2), 243-249. <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v30i2/5560>
- Braun V., Clark, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic Analysis. In P. Liamputtong (Ed.). *Handbook of Research Methods in Health Social Sciences*. Singapore: Springer.
- Conselho Nacional de Saúde. *Resolução n. 510, de 07 de abril de 2016*. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Farr, R. H., Bruun, S. T., & Patterson, C. J. (2019). Longitudinal associations between coparenting and child adjustment among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parent families. *Developmental Psychology*, 55(12), 2547-2560. <https://doi.org/10.1037/dev0000828>
- Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2013). Coparenting among lesbian, gay, and heterosexual couples: Associations with adopted children's outcomes. *Child Development*, 84(4), 1226-1240. <https://doi.org/10.1111/cdev.12046>

- Feinberg, M; E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Gonçalves, M., Baptista, M., & Farcas, D. (2016). IPSF: análise da estrutura interna em uma amostra de jovens adultos portugueses. *Revista Avaliação Psicológica*, 15(1), 115-123. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712016000100013&lng=en&tlng=pt
- Hartinger-Saunders, R. M., Trouteaud, A., & Johnson, J. M. (2015). Post adoption service need and use as predictors of adoption dissolution: Findings from the 2012 National Adoptive Families Study. *Adoption Quarterly*, 18(4), 255-272. <https://doi.org/10.1080/10926755.2014.895469>
- Henwood, K., & Pidgeon, N. (2010). A teoria fundamentada. In G. M. Breakwell, C. Fife-Schaw, S. Hammond, J. A. Smith. (Eds.), *Métodos de Pesquisa em Psicologia* (3ª ed., pp. 340-361). Porto Alegre, Brasil: Artmed.
- Herbrand, C. (2018). Ideals, negotiations and gender roles in gay and lesbian co-parenting arrangements. *Anthropology & Medicine*, 25(3), 311-328. <https://doi.org/10.1080/13648470.2018.1507484>
- Hoghugh, M. (2004). Parenting – An introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: theory and research for practice* (pp. 7-28). London, UK: SAGE Publications.
- Itaboraí, N. R. (2017). *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): Uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Kindle, P. A., & Erich, S. (2005). Perceptions of Social Support among Heterosexual and Homosexual Adopters. *Families in Society*, 86(4), 541-546. <https://doi.org/10.1606/1044-3894.3459>
- Lavner, J., Waterman, J., & Peplau, L. (2014). Parent adjustment over time in gay, lesbian, and heterosexual parent families adopting from foster care. *American Journal Of Orthopsychiatry*, 84(1), 46-53. <https://doi.org/10.1037/h0098853>

- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re)afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359. <https://doi.org/10.1590/1807-03102016v28n2p350>
- Mata, J. J. da, Santos, M. A. dos, & Scorsolini-Comin, F. (2020). Conjugalidade e parentalidade em casais homossexuais e heterossexuais: revisão integrativa da literatura. *Pensando famílias*, 24(2), 32-45. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000200004&lng=p&t&lng=pt
- McGoldrick, M. & Shibusawa, T. (2016). O ciclo vital familiar. In F. Walsh (Org.), *Processos normativos da família: diversidade e complexidade* (4ª ed., pp. 375-398). Porto Alegre: Artmed.
- Meletti, A., & Scorsolini-Comin, F. (2015). Conjugalidade e Expectativas em Relação à Parentalidade em Casais Homossexuais. *Psicologia – Teoria E Prática*, 17(1), 37-49. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872015000100004&lng=pt&t&lng=pt
- Mercon-Vargas, E., Bussinger, R. V., & Rosa, E. M. (2020). Parentalidade adotiva: Um estudo de caso longitudinal com famílias homoafetivas e heteroafetivas. *Salud & Sociedad*, 11, e3833-e3833. <https://doi.org/10.22199/issn.0718-7475-2020-0002>
- Moré, C. L. O. O., & Crepaldi, M. A. (2012). O mapa de rede social significativa como instrumento de investigação no contexto da pesquisa qualitativa. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 43, 84-98. Recuperado de <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/265>
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F., & Santeiro, T. V. (2015). O “lugar” do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194. <https://doi.org/10.1590/0103-56652015000100010>
- Pereira, E., & Ciríaco, K. T. (2020). Relação família homoparental-escola: o que acontece quando dois homens adotam crianças? *Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade*, 7(14), 248-279. Recuperado de <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/8081>

- A Construção dos Papéis Parentais em Casais Homoafetivos
Percepções de Pais e Mães de Crianças e Adolescentes (2013), 36(1), 210-223. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001132014>
- Schwochow, M. S., & Frizzo, G. B. (2021). Mulheres em Espera pela Adoção: Sentimentos Apresentados nas Diferentes Etapas Desse Processo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(n.spe 3), e201165, 1-15. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201165>
- Silva, P. S., Silva, E. X. de L., Lopes, R. de C. S., & Frizzo, G. B. (2017). Diferentes configurações familiares de candidatos à adoção: Implicações para os processos de habilitação. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 22(4), 412-421. <https://dx.doi.org/10.22491/1678-4669.20170042>
- Silva, P. S. da, Machado, M. S., Silberfarb, M. S., Machemer, R. S., Santos, A. T. R. dos, Chaves, V. P., & Frizzo, G. B. (2022). (Re)construindo vínculos: relato de experiência de um grupo de apoio à adoção. *Revista da SPAGESP*, 23(1), 175-190. <https://doi.org/10.32467/issn.2175-3628v23n1a14>
- Stake. R. E. (2006). Case studies. In Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (Eds.), *Handbook of qualitative research* (pp. 435-454). London: SAGE Publications.
- Supremo Tribunal Federal (STF). (2011). *Supremo reconhece união homoafetiva*. Recuperado de <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931&caixaBusca=N>
- Suárez, M. C., Trujillo, M. P. S., & Chavarria, E. F. V. (2018). Familia homoparental, dinámicas familiares y prácticas parentales. *Latinoamericana de Estudios de Familia*, 10(2), 51-70. <https://doi.org/10.17151/rlef.2018.10.2.4>
- Sumontha, J., Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2016). Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents. *Journal of Family Psychology*, 30(8), 987-996. <https://doi.org/10.1037/fam0000253>

Recebido em 08/03/2023

Aceito em 10/03/2025



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.